



3 e 4 de dezembro

III Encontro

de Educação, Direitos Humanos,
Gênero e Sexualidade

ENTRE A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO SOCIAL: AS REIVINDICAÇÕES DAS TRABALHADORAS NO PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE CRECHES (1981)

Júlia Inês Araújo de Santana

INTRODUÇÃO

Depois de um longo período de cidadania em recesso no Brasil, instituído com o golpe militar de 1964, nos anos finais da década de 1970 ressurgem uma série de movimentos sociais com o intuito de enfrentar as diferentes formas de opressão direcionadas à população empreendidas pelo Estado autoritário aliado à elite dominante (Sader, 1988, p. 36).

Uma das pautas levantadas por esses movimentos foi a expansão de uma rede de creches públicas para crianças da classe trabalhadora, visto que as mulheres precisaram entrar no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência de suas famílias. Entretanto, o Estado se fazia ausente, transferindo suas obrigações para terceiros, como os empregadores, que ofereciam o mínimo ou nada à essas trabalhadoras e aos seus filhos. Dessa forma, as mulheres recorreram a variadas estratégias com o intuito de garantir esse serviço, sendo o Primeiro Encontro Nacional de Creches, organizado por membros da equipe do Departamento de Pesquisa em Educação da Fundação Carlos Chagas em 1981, um exemplo.

Atualmente, apesar da alta demanda por acesso à creche no Brasil, esse serviço ainda não pode ser considerado democratizado, pois, como demonstrou a pesquisa realizada pela ONG Todos Pela Educação em 2025, 2,3 milhões de crianças têm dificuldade de acesso à creche, principalmente por falta de vagas e de unidades próximas ao local onde moram (CNN Brasil, 2025). Enquanto isso, o número de mulheres inseridas no mercado de trabalho segue crescendo, em 2023 eram 43.380.636 trabalhadoras, com maior número na região Sudeste, seguida do Nordeste e do Sul (SEIBREF, 2023). Todavia, mesmo participando do trabalho produtivo, fora do lar, as mulheres seguem sendo as que mais realizam o trabalho reprodutivo, dentro do lar, como o cuidado dos filhos.

Dessa forma, retorna-se à década de 80, vendo as lutas desse período como essenciais para a compreensão dos avanços em relação à creche, a exemplo da definição desta como um direito do povo e um dever do Estado, segundo o Artigo 7 e o Artigo 208 da Constituição Federal. Assim, focando nas opressões de gênero e classe direcionadas às mulheres da classe trabalhadora e na posição do Estado e das empresas frente a tais questões. Para isso, posicionamos a reprodução social enquanto uma estrutura vital para a compreensão da opressão de gênero dentro do capitalismo, com o potencial de integrar as diferenças de gênero, raça, etnia e/ou nacionalidade, e propondo uma visão integrativa da classe trabalhadora e diversa da luta de classes (Bhattacharya, 2023, p. 144).

Objetivos

Assim, o presente trabalho buscou analisar, a partir das falas no Primeiro Encontro Nacional de Creches, quais discursos estão atrelados à creche nesse período, identificando quem tinha direito a esse serviço e como eles se relacionam à condição da mulher enquanto trabalhadora, pensando em sua responsabilização pela reprodução social na sociedade capitalista.

METODOLOGIA

A presente pesquisa partiu de fontes jornalísticas para analisar a questão da creche nos anos finais da Ditadura Militar, encontrando no jornal feminista *Mulherio*, a oportunidade de expandir essa análise para o Primeiro Encontro Nacional de Creches, organizado pela mesma equipe responsável pelo impresso. Assim, as fontes analisadas neste trabalho são as falas das participantes disponíveis no material publicado sobre o evento, consistindo em 48 páginas e divididas em cinco temáticas: “Creche e Trabalho”; “Creche e Bairro”; “Creche e Governo”; “Debate: A política da creche e Creche em ação”; “Debate: O Papel do Técnico”.

Para dialogar com as fontes, tendo em vista o foco na condição da mulher enquanto trabalhadora e em sua posição na sociedade capitalista, utilizou-se como suporte teórico autoras que contribuíram demasiadamente para os debates relacionados a opressão das mulheres no capitalismo, colocando a reprodução social como ponto de partida para tal, como Lise Vogel (2022), Tithi Bhattacharya (2023) e Nancy Fraser (2019).

RESULTADOS

As mulheres foram protagonistas nas variadas lutas sociais que se desenrolaram nos anos finais da década de 70 e no decorrer de 80, elas estavam dentro do movimento sindical

(urbano e rural), dos movimentos de bairro, do movimento antiditatorial, do movimento negro, do movimento estudantil e, principalmente, do movimento feminista, participando de diferentes frentes e desenvolvendo um “movimento social de mulheres” (Lobo, 2021, p. 39)

Entre as reivindicações dentro do movimento de mulheres estavam aquelas relacionadas à reprodução social da classe trabalhadora, ou seja, tudo aquilo que diz respeito aos processos de reposição e manutenção dessa população para realização do trabalho produtivo, como saúde, educação, alimentação, entre outros (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 73). As mulheres são historicamente responsabilizadas pela reprodução, não à toa eram maioria dentro desses movimentos.

Dentro dessas lutas, a pauta da creche pública de qualidade ocupou uma posição prioritária, pois as mulheres entraram massivamente no mercado de trabalho nesta década e na anterior para aumentar a renda familiar, visto que apenas um salário não era mais o suficiente para manter uma família, uma consequência direta da agenda econômica do governo militar (Santana, 2025, p. 17-18). Entretanto, essas mulheres tiveram que lidar com a escassez de creches para os seus filhos e com uma legislação limitada e pouco aplicada em relação ao tema, que previa apenas a obrigação de empresas com mais de trinta mulheres com crianças lactentes de fornecer creches (Lobo, 2021, p. 74-75).

Diante disso, as mães recorreram à variadas estratégias para enfrentar a ausência estatal e a exploração capitalista, como a participação em eventos para dar visibilidade a temática, relatos em jornais que abriam espaço para suas denúncias, a elaboração de cartas e abaixo-assinados, e, em alguns casos, através das associações, sindicatos e comunidades de bairro, acabaram criando suas próprias creches.

A realização do Primeiro Encontro Nacional de Creches, desenvolvido por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, indica a dimensão que essa luta alcançou no Brasil. O evento ocorreu em setembro de 1981 na cidade de São Paulo, sendo organizado a partir do objetivo de realizar um balanço e um intercâmbio das experiências das mulheres do Brasil em relação à creche (Fundação Carlos Chagas, 1982, p.1)

Segundo Santana (2025): “(...) foi uma oportunidade propícia para que as trabalhadoras pudessem cobrar o Estado e as empresas não apenas pela aplicação e fiscalização das obrigações presentes na legislação, mas também pela expansão da rede de creches disponíveis para as trabalhadoras, pela municipalização das creches, pela assistência médica, alimentação adequada e desenvolvimento educacional das crianças que estão nesses espaços.” (SANTANA, p. 36)

Além disso, serviu para incentivar as mulheres a participarem cada vez mais dessas lutas através das associações e organizações sindicais para adquirir seus direitos, o que é demonstrado na fala de Neusa Nogueira, membro da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo (1982, p. 5): “a vitória dessa luta, como de todas as lutas dos trabalhadores, dependerá da força da nossa união em torno de nossas associações, do nosso sindicato, e de nossa CUT (Central Única dos Trabalhadores)”. Nesse período, apesar das mulheres estarem participando cada vez mais dos sindicatos, ainda sofriam muita discriminação, não conseguiam alcançar posições de poder dentro das organizações e tinham dificuldade em convencer os homens a aceitarem suas reivindicações (Lobo, 2021, p. 50), por isso a fala da sindicalista parece ser também uma forma de indicar as mulheres que esses espaços também eram locais de fala delas e para reivindicação de suas demandas.

Ao mesmo tempo que não eram reconhecidas como trabalhadoras em posição de igualdade aos homens dentro dos sindicatos, também não tinham o seu trabalho produtivo e reprodutivo reconhecido pelo Estado ou pelas empresas, visto a omissão na disponibilização de creches, seja pelo governo ou pelas empresas. Um levantamento feito por Sonia Thomé da Seção de Proteção ao Trabalho da Mulher e do Menor na Delegacia do Trabalho de Santa Catarina concluiu que apenas 65% das vagas de creches nas empresas investigadas por ela estavam ocupadas (1982, p. 7). Em entrevista com as trabalhadoras ela chegou a diversos motivos para tal fato, entre eles: algumas mulheres não sabiam da existência das vagas ou achavam o local distante da moradia e/ou do trabalho, outras não confiavam ou não estavam satisfeitas com os serviços da creche.

Segundo Santana (2025): “As creches oferecidas pelas empresas não correspondiam às necessidades reais das mulheres trabalhadoras, as fissuras são inúmeras, sendo a legislação mais um mecanismo de exclusão do que de inclusão. A disponibilização desses serviços era vista como um favor, uma concessão, não como um direito coletivo, mas como uma política assistencialista.” (SANTANA, p. 35-36)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos sobre força de trabalho, não estamos tratando apenas das capacidades físicas e mentais de um trabalhador, mas também acerca de um conjunto de atividades que restauram essa força quando ela é utilizada, assim como as atividades que produziram esse trabalhador para substituir outro indisponível (Bhattacharya, 2023, p. 124-125). Em outras palavras, falamos sobre alimentação, educação, saúde, do processo biológico que gerou esse trabalhador, entre outros inúmeros aspectos que estão inclusos na reprodução social da classe trabalhadora. Dessa forma, essa estrutura é vital para o funcionamento da sociedade, mas dentro

do capitalismo ela se tornou subordinada à produção, invisibilizada, não remunerada, confinada ao lar e vista como uma obrigação das mulheres (Vogel, 2022).

Em determinados períodos, as mulheres protagonizaram lutas em oposição às condições precárias ou injustas de reprodução social, intimamente interligadas a sua posição de opressão dentro da sociedade capitalista, sendo a mobilização por uma rede de creches públicas no decorrer das décadas de 70 e 80 no Brasil, um exemplo. Todavia, a estrutura da reprodução social não diz respeito unicamente às mulheres, essas lutas surgem com o intuito de melhorar a condição de vida de todos os membros da classe trabalhadora. As mulheres que participaram do movimento de creches, não lutavam unicamente pela sua necessidade de trabalhar fora de casa, mas também havia uma preocupação com a educação, alimentação, saúde e entretenimento das crianças que eram atendidas por essas instituições.

Logo, tendo em vista o alcance e a diversidade de pautas e participantes presentes no Primeiro Encontro Nacional de Creches, destaca-se o potencial integrativo do debate acerca da creche, reunindo o movimento feminista e das mulheres, os movimentos de bairro e os sindicatos, o que potencializou “a pressão exercida sobre as empresas e o Estado, que ofereciam um serviço insuficiente e, por vezes, precário, não atendendo as necessidades reais das mães” (Santana, 2025, p. 52).

Assim, em consonância com Bhattacharya (2023, p. 148), aponta-se o caráter integrativo das lutas relacionadas à reprodução social, no sentido que, conseguem ampliar a noção de classe trabalhadora, pensando não apenas em um aumento do salário ou em uma diminuição da jornada de trabalho, mas também em uma melhoria na educação das crianças, na coletivização do cuidado, em um sistema de saúde de qualidade, entre outros aspectos.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. *In*: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social**. São Paulo: Elefante, 2023.

CNN BRASIL. Acesso desigual a creches se amplia entre ricos e pobres no Brasil. **CNN Brasil**, 11 de Agosto de 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/acesso-desigual-a-creches-se-amplia-entre-ricos-e-pobres-no-brasil/>>. Acesso em: 31 de Setembro de 2025.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Julia Ines Araujo de. **Entre a produção e a reprodução social: a reivindicação das trabalhadoras por creches no Brasil e na Paraíba (1980-1986)**. João Pessoa, 2025.

SEIBREF. **Direitos das mulheres garantidos por lei: conquistas no mercado de trabalho**. SEIBREF, São Paulo, 05 de Março de 2025. Disponível em: <<https://seibref.com.br/direitos-mulheres-garantidos-lei/>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2025.

NOGUEIRA, Neusa. Sindicato. *In*: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 43, p. 4-5, novembro, 1982.

THOMÉ, Sônia Raquel Guindani. Ministério do Trabalho. *In*: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Creche – Suplemento dos Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 43, p. 6-7, novembro, 1982.